

370 deputados exigem

ROSELI GARCIA

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados se reúne hoje para desativar uma verdadeira bomba: um abaixo-assinado contendo 370 assinaturas de deputados que, insatisfeitos com os seus salários, reivindicam um reajuste imediato nos subsídios e na verba de gabinete. O documento, que circulou de mão em mão durante toda a tarde de ontem, é uma iniciativa do deputado Severino Cavalcanti (PFL-PE) e visa, segundo a justificativa apresentada pelo representante pernambucano, a "corrigir uma distorção salarial que está deixando todo mundo no vermelho".

O assunto está provocando polêmica no Congresso Nacional. O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) resiste a atender a reivindicação dos seus colegas. "Não vou aprovar nada que signifique aumento de despesas", sustentou no começo da noite de ontem. Mas o primeiro-secretário, Wilson Campos (PMDB-PE), posicionou-se favorável ao abaixo-assinado, argumentando que "com o salário que está, não dá".

Dos sete deputados que compõem e Mesa Diretora, apenas Luís Eduardo se opõe ao aumento, garante Wilson Campos. Jurandyr Paixão (PMDB-SP), um dos primeiros a rubricar o abaixo-assinado, defende uma das duas alternativas apresentadas no documento — aumento do salário ou da verba de gabinete. O salário bruto de um deputado federal é de R\$ 8 mil, caindo para R\$ 4,6 mil líquidos, enquanto a verba de gabinete gira em torno dos R\$ 10 mil. Na avaliação de Paixão, 100% da Câmara terão assinado, até o início da reunião, o documento preparado por Severino Cavalcanti. "A reclamação é geral e todos estão sentindo no bolso o quadro de lamúria", observou Jurandyr Paixão.

Responsabilidade — O líder do PT, Jacques Wagner (BA), entende que a pressão dos parlamentares "não passa de uma manobra". Mesmo assim o líder petista acha que o assunto deve ser discutido com mais profundidade. Na avaliação de Wagner, o atual salário "é ideal para o Congresso brasileiro", principalmente se comparado ao

que ganha um deputado norte-americano — algo em torno de US\$ 10 mil. O problema aqui, diz Jacques Wagner, "está nas despesas com a função, que acabam sendo custeadas pelo bolso do próprio parlamentar".

Para contornar a crise, o líder do PT propõe que despesas com viagens para visitas às bases eleitorais, particularmente pelo interior, além dos escritórios estaduais, seriam custeadas pelo Congresso Nacional. "O problema está todo aí. Nós temos uma atividade a desenvolver, que é onerosa", reconhece.

Constitucionalmente, a Mesa Diretora não pode acatar o aumento pedido pelos deputados. A Constituição permite a fixação do salário a cada quatro anos e admite o reajuste desde que seja concedido a todos os servidores públicos. Wilson Campos quer se antecipar e aproveitar a votação das reformas constitucionais para reavaliar o assunto. "A reforma é para melhorar a vida do povo. Já que parlamentar faz parte do povo e defende o povo, não vejo razões para não discutir a questão".

aumento de seus salários

Geraldo Magela